

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAIANA LUCIARA PEREIRA

**CLÁUSULAS AMBIENTAIS NOS CONTRATOS DO AGRONEGÓCIO**

CURITIBA

2017

**TAIANA LUCIARA PEREIRA**

**CLÁUSULAS AMBIENTAIS NOS CONTRATOS DO AGRONEGÓCIO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de MBA em Gestão do Agronegócio, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Professor Alessandro Panasolo

**CURITIBA**

**2017**

Dedico este trabalho aos meus pais Luiz (*in memoriam*) e Alzira, com todo meu amor e gratidão, por tudo que fizeram por mim ao longo de minha vida. Desejo poder ser merecedora do esforço dedicado por vocês em todos os aspectos.

## RESUMO

Os atuais acontecimentos do planeta trazem grande preocupação na sociedade em relação ao meio ambiente. Como a proteção ambiental é um direito-dever de todos, a necessidade de tratar esse tema se amplia a todos os setores. Neste contexto, o presente trabalho traz de forma geral, a partir da elaboração de contratos, as formas de inclusão de cláusulas ambientais. Mas, também, em especial a atenção às esferas de responsabilização inerentes à tutela do meio ambiente. Logo, a relação de contratação com a vinculação do bem estar da coletividade. Por fim analisar e redimensionando na função social e ambiental nas relações privadas dos contratos que envolvam o uso do solo, da água e do meio ambiente no desenvolvimento da agropecuária e o setor florestal. A produção agropecuária é um setor que está em constante desenvolvimento e depende de prestação de serviços, aquisição de produtos, financiamentos, utilizando, desse modo exige várias formas de contratos. Nesta situação é importante e, porque não, indispensável a utilização de cláusulas ambientais. Neste quadro o trabalho discute como devem ser monitorados esses contratos e averiguar as ações de danos ao meio ambiente e, nos casos específicos de quebra de contratos, executar as penalidades cabíveis. O trabalho apresenta várias conclusões. Mas, duas delas, se destacam dado seu nível de importância no tema deste trabalho. A primeira é encontrar consensos entre as partes, contratante e contratado, para viabilizar contratos que garantam sustentabilidade na produção tanto técnica, como econômica e ao meio ambiente. Com esses procedimentos evitar-se-ia o problema da judicialização dos negócios no setor. A segunda conclusão relevante é que os contratos desde que apropriados aumentam o grau de segurança oferecido para os empreendedores e também para os compradores e consumidores por meio de qualidade e segurança no agronegócio nacional.

Palavras-chave: Agronegócio. Meio ambiente. Contratos. Cláusulas ambientais. Socioambiental.

## **ABSTRACT**

The current events of the planet bring great concern in society towards the environment. As environmental protection is a right and duty of all, the need to address this issue extends to all sectors. In this context, this text generally includes, from the drafting of contracts, the forms of inclusion of environmental clauses, as well as special attention to the areas of responsibility inherent to the protection of the environment, as well as the relation of contracting with the linkage of the welfare of the collectivity, in addition to analyzing and re-dimensioning the social and social-environmental function in the private relations of the specifically agribusiness contracts.

Agribusiness is a sector that is in constant development and depends on service provision, acquisition of products, financing, thus using various types of contract, making it indispensable to use environmental clauses, as well as to monitor and ascertain the actions of damages to the environment and enforce the applicable penalties.

**Keywords:** Agribusiness. Environment. Contracts. Environmental clauses. Socio-environmental.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – BIOMAS BRASILEIROS .....	12
FIGURA 2 – TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL .....	13
FIGURA 3 – TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO DOS DEMAIS BIOMAS BRASILEIROS .....	14
FIGURA 4 – UM ESBOÇO DAS RELAÇÕES DO SISTEMA ECONÔMICO COM O MEIO AMBIENTE .....	15

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>3.</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>9</b>
3.1	OBJETIVO GERAL .....	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
3.3	JUSTIFICATIVA.....	9
<b>4.</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>10</b>
4.1	MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	10
4.1.1	Cenário atual .....	12
4.1.2	Desenvolvimento econômico e meio ambiente.....	15
4.1.3	Sustentabilidade .....	16
4.1.4	Danos ambientais .....	17
4.1.5	A tríplice responsabilidade ambiental .....	18
4.2	FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS .....	20
4.3	FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DOS CONTRATOS.....	21
4.4	CLÁUSULAS AMBIENTAIS.....	21
<b>5.</b>	<b>RESULTADO E DISCUSSÃO .....</b>	<b>24</b>
5.1	A VARIÁVEL AMBIENTAL COMO DIRETRIZ DO DIREITO CONTRATUAL .....	25
5.2	INCORPORAÇÃO DAS CLÁUSULAS SOCIOAMBIENTAIS NOS CONTRATOS .....	25
5.3	ASPECTO REPARADOR DAS CLÁUSULAS AMBIENTAIS.....	26
<b>6.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>27</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

O agronegócio possui uma participação importante na economia brasileira, principalmente na participação do Produto Interno Bruto (PIB) com uma participação de 23% na economia (IBGE, Conab, 2016). Em meio à crise financeira, o agronegócio teve avanços expressivos e vem ocupando notável posição mundial na produção agroindustrial. No caso brasileiro, segundo o SRI-MAPA (2016) o Brasil exporta alimentos para quase 180 países e é o segundo exportador mundial de alimentos.

O Brasil é um país com vocação natural para a produção agropecuária e florestal por possuir características e diversidades como clima, solo, abundância de água nas principais regiões produtoras, condições de relevo e de luminosidade.

Tendo em vista a grande preocupação com relação a degradação do meio ambiente, o presente estudo se destina a apresentar a importância da conscientização e utilização das cláusulas ambientais na celebração de contratos no âmbito do “agronegócio”. Isto é consequência da relevância do crescente tema das questões ambientais e da necessidade de mitigação dos impactos negativos decorrentes das atividades, principalmente aquelas mais poluidoras do ar e da água que afetam a produção alimentar dos seres humanos e dos animais.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

É sabido que o ser humano necessita utilizar um espaço físico para desenvolver determinadas atividades, podendo ou não interferir no meio ambiente, de modo que em alguns casos poderá gerar impactos ambientais negativos. O meio ambiente é um dos temas mais relevantes na atualidade, tendo vista, a sua importância para as atividades empresariais desenvolvidas, bem como na qualidade de vida das pessoas tanto as do mercado interno quanto internacional.

No “agronegócio”, uma das formas de melhorar os cuidados com o meio ambiente é a utilização das cláusulas ambientais nos contratos de compra e venda de produtos alimentares. Logo, o ofertador dessas produções tem de gerir com responsabilidade, os riscos de prevenir possíveis impactos ambientais.



A inclusão da variável ambiental nos contratos é condição para garantir a sustentabilidade no longo prazo dos negócios, bem como indiretamente a função socioambiental da propriedade. Em síntese beneficiar as partes nos contratos (vendedor e comprador) e indireta a sociedade.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo geral**

Apresentar sucintamente a importância das cláusulas ambientais inseridas nos contratos do setor agropecuário e florestal com especial atenção as esferas de responsabilização inerentes à tutela do meio ambiente.

#### **3.2 Objetivos específicos**

- a) Analisar possibilidades de inserção de cláusulas ambientais nos contratos no âmbito do agronegócio;
- b) Expor esferas de responsabilidades do Direito Ambiental no agronegócio brasileiro;
- c) Discorrer sobre o grau de segurança oferecido ao empreendedor quando da utilização de cláusulas ambientais nos negócios da agropecuária e florestal;
- d) Sugerir exemplos de cláusulas ambientais firmadas nos contratos da agropecuária e do setor florestal;
- e) Demonstrar o impacto das cláusulas ambientais na reputação das empresas nas diferentes cadeias produtivas do setor que envolvem o agronegócio.

#### **3.3 Justificativa**

No âmbito do “agronegócio”, no momento da negociação nem sempre são discutidos riscos e responsabilização por dano ambiental inerente ao contrato celebrado. Isto porque na economia globalizada exigências consideradas exacerbadas acabam inviabilizando as negociações comerciais. Mas, dada a

preocupação dos países compradores o Brasil precisa crescer nesse quesito de maior controle sobre sua produção com sustentabilidade.

Atualmente, o tema das cláusulas ambientais nos contratos de “agronegócio” prescinde de uma ampla discussão sobre as possibilidades de implementação de uma produção sustentável e com respeito à legislação vigente no Novo Código Florestal editado em maio 2012. A importância da discussão e ciência das responsabilidades pelos potenciais danos causados no mercado poderá ajudar consideravelmente na redução de sanções que possam ocorrer na manipulação de áreas sensíveis. Desta forma a preservação/conservação do meio ambiente são determinantes para negócios futuros no mercado interno e internacional.

Do exposto acima este trabalho apresenta como objetivo demonstrar as vantagens, nas hipóteses de utilização e o alcance legal das cláusulas ambientais nos contratos de produção agropecuária e florestal.

#### **4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Na atualidade, o meio ambiente e a sustentabilidade estão cada vez mais presentes no foco dos principais debates em razão das graves alterações climáticas, desastres naturais, altos índices de poluição e demais degradações do meio ambiente que são interpretadas na questão dos gases de efeito estufa - GEE como problema com origem na participação humana nas mudanças climáticas. Contudo, temos a necessidade de enfatizar qual o cenário atual, os danos causados e quais as medidas sustentáveis possíveis para a preservação e conservação do meio ambiente, conforme farto noticiário na imprensa brasileira.

##### **4.1 Meio ambiente e sustentabilidade**

O fato de se reduzir o meio ambiente somente a fauna e flora pode ser considerado um equívoco de certas proporções. O termo meio ambiente, segundo o Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais, pode ser caracterizado claramente como “um conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles” (LIMA e SILVA et al. 1999 p. 11).

Nsta mesma direção o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil impõe que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). A ambição do legislador visa um meio ambiente equilibrado dentro da realidade do país e das diferentes regiões que o compõem. Neste contexto, e buscando a defesa, preservação e melhoria do meio ambiente foi estabelecida a Política Nacional do Meio Ambiente, onde conforme o artigo 2º da Lei nº 6.938/81 tem por objetivo:

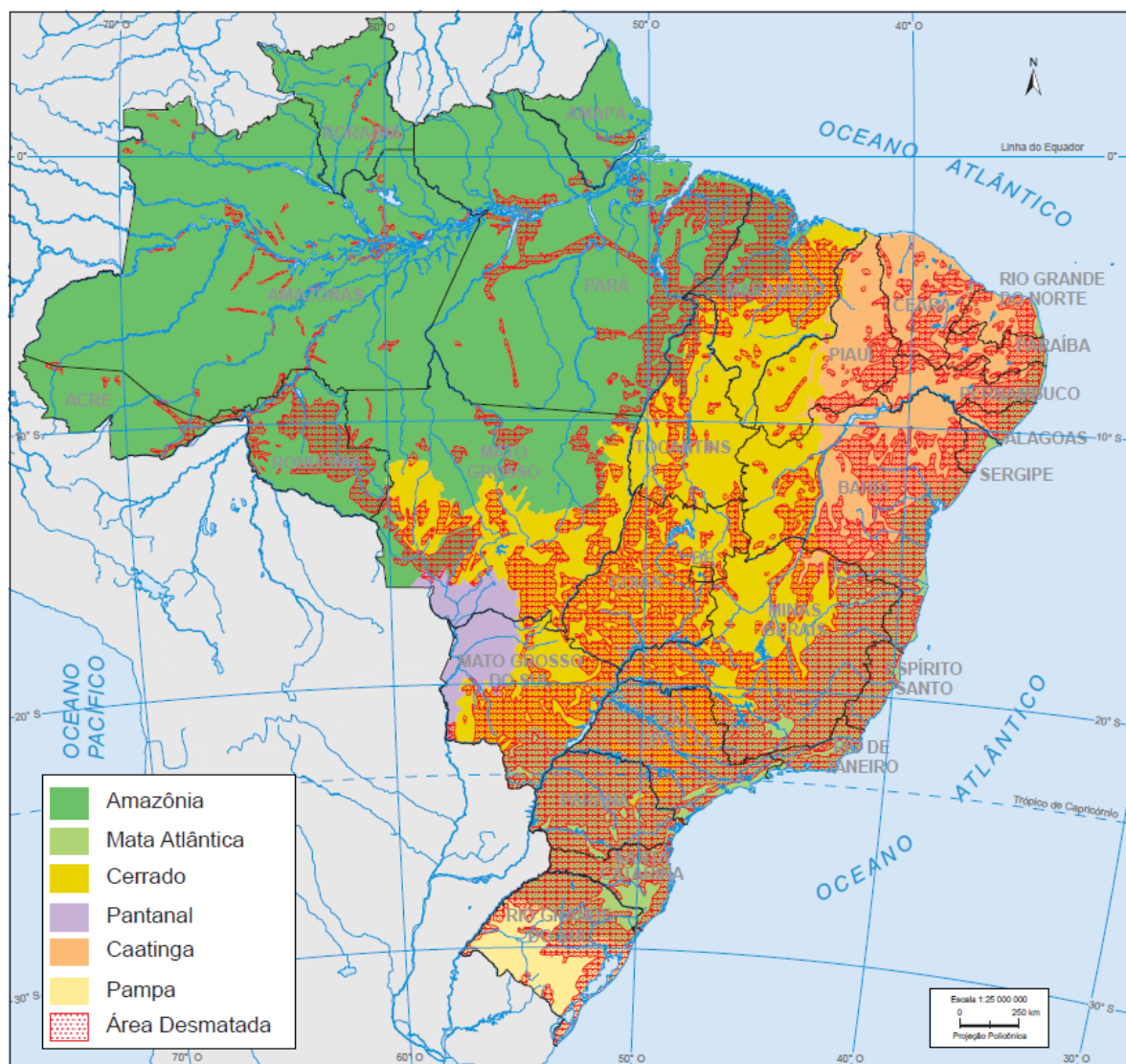
[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais; proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas; controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras; incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; acompanhamento do estado da qualidade ambiental; recuperação de áreas degradadas; proteção de áreas ameaçadas de degradação; e educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

A sustentabilidade ambiental consiste na adoção de medidas para manter o meio ambiente viável para a condição de vida do ser humano e das outras espécies na atual e futuras gerações. Para isso adoção de medidas sustentáveis, como o consumo de alimentos de preferência os com produção orgânica, a utilização de fontes de energia limpas e renováveis, a preservação de áreas verdes, a exploração controlada de recursos minerais e o consumo controlado da qualidade da água são algumas das ações sustentáveis. Elas podem minimizar problemas e garantir o benefício de médio e longo prazo de manter o planeta em boas condições para as futuras gerações das diversas formas de vida. Mas, sabe-se, que para ter um controle nessa imensa demanda o próprio desenvolvimento econômico deve ser mais controlado. O aumento indiscriminado da população é um fator que traz preocupações nessa área aqui analisada. Uma situação é sonhar um mundo equilibrado e sustentável e, outra, é a necessária conscientização dos seres humanos para este tema.

#### 4.1.1 Cenário atual

O território brasileiro é o 5º mais extenso do mundo com 8.514.876 km<sup>2</sup>. Ele é constituído, principalmente, por planaltos, planícies e depressões e segundo o IBGE em 2017 o país possui 204 milhões de habitantes distribuídos por esse extenso território. Além disso, podemos considerar que o Brasil possui as florestas nacionais distribuídas em seis biomas bem diversificados ao longo de seu território, contando com conjuntos de vida vegetal e animal próprios de cada região, os quais podem ser visualizados na figura 1 a seguir:

FIGURA 1–BIOMAS BRASILEIROS



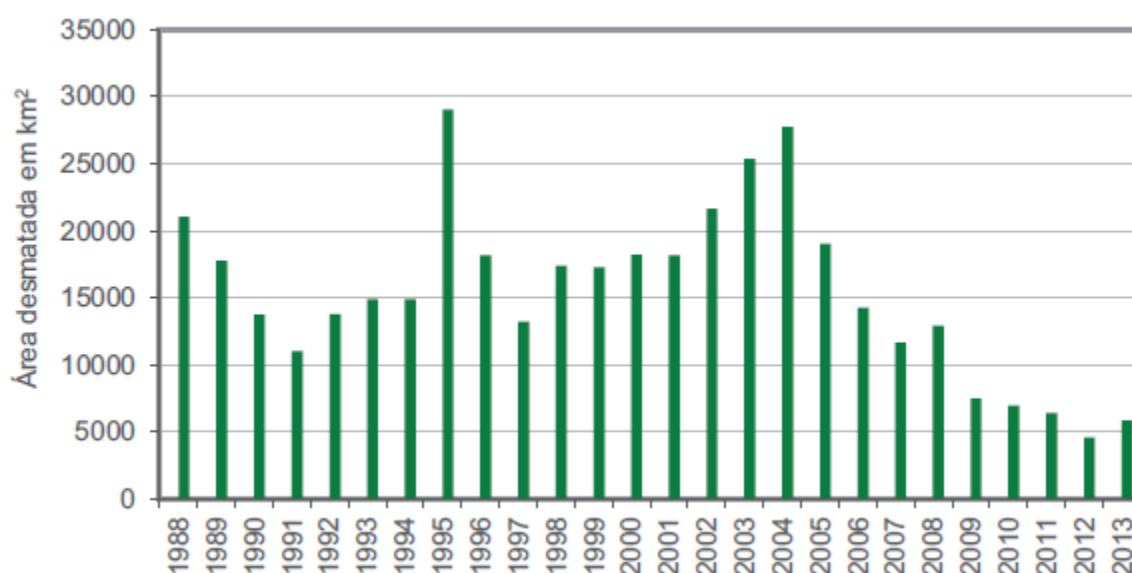
FONTE: Atlas Geográfico Escolar: Ensino Fundamental - do 6º. ao 9º. ano, 2010.

Dentre os biomas mais importantes podemos para a questão de área verde considerar a Amazônia que é a maior ocupação do território do país com média de 354,7 milhões de hectares (41% do Brasil), o Cerrado com cerca de 66,4 milhões de

hectares e a Caatinga com quase 47 milhões de hectares. Atualmente, a Mata Atlântica ocupa 13% do território brasileiro e, como mostra a figura 1, é a região que mais sofreu desmatamento da floresta, cerca de 900 mil km<sup>2</sup> destruídos. Isto se explica por ser o Bioma que detém a maior população do país e é a principal região produtora de alimentos, energia e fibras.

Do exposto acima, destacamos as avaliações feitas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE através Projeto de Monitor do Desflorestamento na Amazônia Legal do PRODES e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA por meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite-PMDBBS, pode-se notar nas figuras 2 e 3 a seguir as taxas anuais de desmatamento dos seis biomas brasileiros:

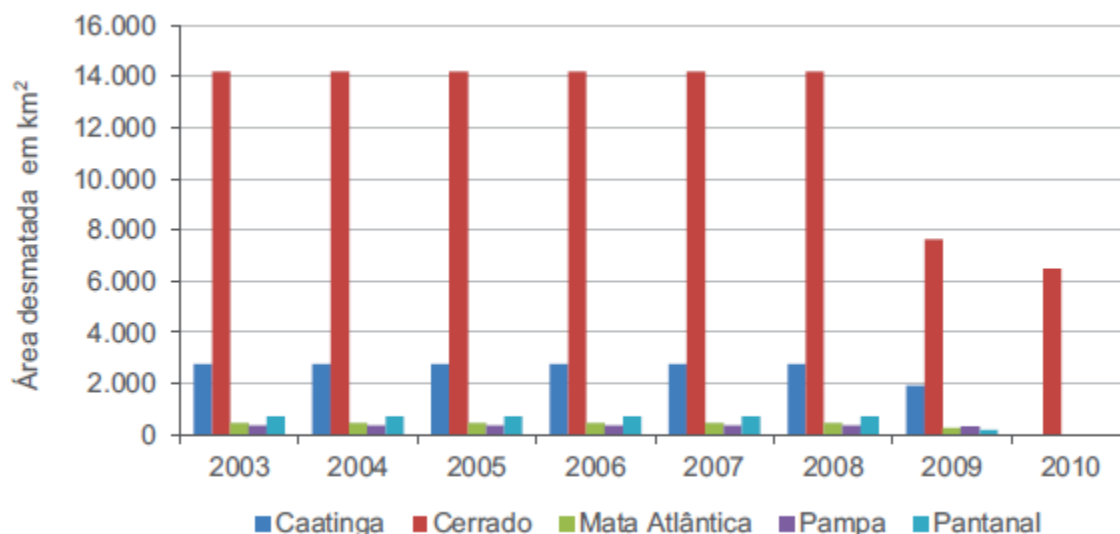
FIGURA 2 – TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL



FONTE: Painel Nacional de Indicadores Ambientais, 2014.

Segundo o PRODES, a taxa média de desmatamento da Amazônia dos últimos 25 anos (1988-2012) é de 15.871 km<sup>2</sup>. Entre o período de 2004 a 2012 houve uma redução de 27.772 km<sup>2</sup> para 4.571 km<sup>2</sup>, uma queda de 83%.

FIGURA 3 – TAXA ANUAL DE DESMATAMENTO DOS DEMAIS BIOMAS BRASILEIROS



FONTE: Painel Nacional de Indicadores Ambientais, 2014.

Contudo a figura 2 mostra que após 2009 a tendência é de redução do desmatamento na Amazonia.

Por outro lado a verificação feita pelo PMDBBS, o Cerrado a figura 3 mostra que o cerrados e a Caatinga tiveram uma taxa constante entre 2003 até 2009. Parece que não ocorreu um efetivo controle dessas áreas pelo fato que os demais biomas ocorreram evolução ou quedas consecutivas naquele período. Mas os biomas Mata Atlântica, Pampa e Pantanal apresentaram leve diminuição dos índices de desmatamento.

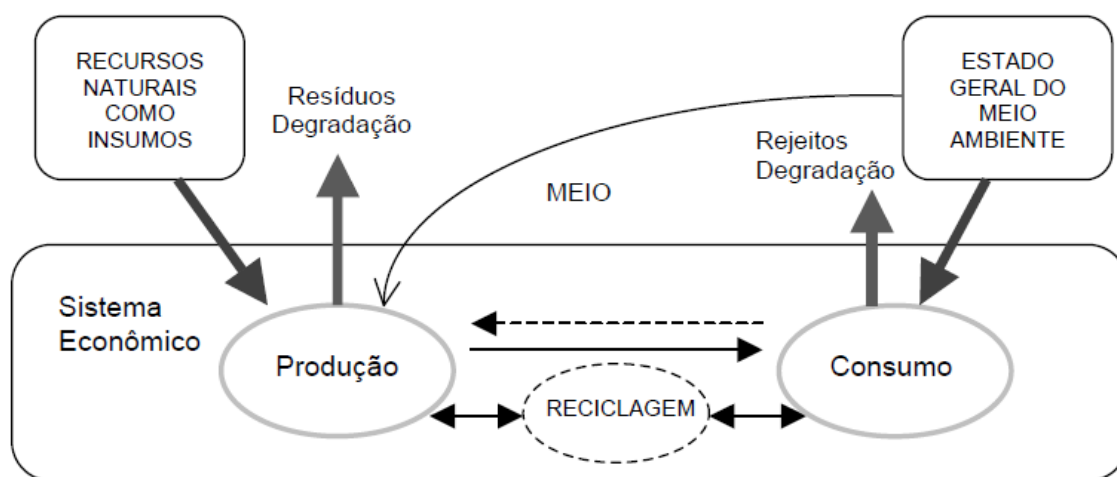
Por outro lado no Brasil existem várias unidades de conservação, como os parques, as reservas e as florestas que foram criadas com o objetivo de proteger seus recursos naturais, sua fauna e flora a partir de 2005 com forte pressão de Organismos não governamentais e da imprensa nacionais e internacionais.

Porém, as ações do homem em diversos cenários ambientais resultam no desequilíbrios da natureza. Segundo a imprensa e coenferências no mundo todo esse processo tem, se acelerado em função do aquecimento global e do seu efeito estufa. Tais ações como no caso brasileiro é destacado o desmatamento para a pecuária na região Norte do país. Outras atividades que sofrem questionamentos são o cultivo de soja e a exploração de madeira.

#### 4.1.2 Desenvolvimento econômico e meio ambiente

O sistema econômico, considerado como um organismo vivo e complexo, não atua independentemente do sistema natural que lhe sustenta (MUELLER, 2007), porém o sistema econômico interage com o meio ambiente, extrai seus recursos naturais e devolve resíduos, conforme a figura a seguir:

FIGURA 4 – UM ESBOÇO DAS RELAÇÕES DO SISTEMA ECONÔMICO COM O MEIO AMBIENTE



FONTE: Mueller (2007)

O sistema econômico atua em um espaço e, conforme seu crescimento influencia também na expansão deste espaço, desta forma, podemos considerar que a economia apresenta impactos sobre o meio ambiente e este sobre a economia. Além disso o tamanho da população influencia no consumo de alimentos, fibras, água, energia, abrigo e transporte, aumentando a pressão humana sobre o meio ambiente. Assim, os impactos do crescimento populacional interferem na capacidade do meio ambiente sustentar as necessidades da população. Aqui temos o problema já levantado anteriormente neste trabalho. Neste caso a questão é: temos um problema. Qual seria a solução mais racional?

Desde 1950, o desenvolvimento social e econômico mundial tiveram grandes avanços. No período a quantidade de bens e serviços disponíveis para os seres humanos cresceu muito e continua em crescimento com maior aceleração nas últimas décadas. Porém, todo esse avanço dependeu fundamentalmente do uso de recursos naturais não renováveis principalmente dos combustíveis fósseis com origem no petróleo.

#### 4.1.3 Sustentabilidade

Sustentabilidade é definida pelo dicionário como “qualidade, característica ou condição de sustentável” (MICHAELIS, 2017). Sustentável e sustentabilidade são palavras derivadas da palavra sustentar, que provêm do latim, *sustentare*, significa: conservar, suportar, impedir que caia, manter, amparar, proteger (FERREIRA, 1986, p. 1838).

Pode-se definir algumas dimensões da sustentabilidade: ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial.

Nesse sentido, a WWF (World Wide Fund for Nature) menciona que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas, define o desenvolvimento sustentável como aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual sem, contudo, comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações (WORLD WIDE FUND FOR NATURE, [201-?]). Sendo assim, o conceito de sustentabilidade ambiental sugere uma noção de preservação e manutenção dos recursos naturais para a melhoria do bem-estar humano.

Do mesmo modo, a preocupação com a sustentabilidade ambiental está relacionada diretamente ao possível esgotamento de matérias-primas para subsistência humana, dentre os quais podemos citar os combustíveis fósseis citados acima. Mas, certamente, outras formas de combustível podem ocupar este espaço dos fósseis. Entre eles desde a energia nuclear, eólica, elétrica, entre outros.

Mas, um dos fatores vitais para a subsistência da humanidade com qualidade de vida é um meio ambiente equilibrado. Esse tema vem sendo amplamente discutido e se tornando objeto de encontros internacionais sobre a preservação do meio ambiente e os possíveis meios de amenizar consequências prejudiciais decorrentes das atividades empresariais e, dentro outros, o da produção agropecuária e florestal. As Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, Rio 92 (ECO 92), Rio + 20, 15ª Conferência do Clima da ONU (COP 15), dentre outras buscam alternativas viáveis para serem implementadas que não tragam somente opções teóricas sem capacidade de serem sustentadas pela população humana que habita o planeta.



A partir desses eventos e muitas conferências que tiveram como objeto a proteção e preservação do meio ambiente, o direito ambiental passa a ser estudado em conjunto com outros ramos do direito tais como o direito empresarial e o direito civil. A nossa perspectiva é que diante de muitos esforços na área do direito possamos vislumbrar avanços a serem implementados na economia, no nosso caso, a brasileira. Diante disso, a sustentabilidade pode ser essencialmente interpretada como ações técnicas, econômicas e ambientais na utilização dos recursos naturais.

#### 4.1.4 Danos ambientais

Devido ao vasto conceito do meio ambiente, qualquer impacto negativo pode ser considerado como degradação, sendo caracterizada pelo inciso III, do Artigo 3º, da Lei 6.938/81:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:  
[...]

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

A degradação da qualidade ambiental é causada por tal poluidor que pode ser caracterizado como pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado e responsável de forma direta ou indireta.

O impacto ambiental é inerente à atividade agrícola, podendo ser evidenciado pelo uso de matérias-primas escassas e de insumos não renováveis, bem como pela geração de resíduos sólidos.

É correto afirmar que muitas vezes esses impactos gerados pela atividade econômica geram efeitos negativos para sociedade, que absorve os custos ambientais e econômicos derivados de uma produção não sustentável.

Todo aquele que exerce atividade econômica deve assumir os riscos provenientes e da responsabilização pelos danos ambientais. Esta exigência consta

no artigo 170, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil<sup>1</sup>, sendo princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente.

Desta forma, os contratos em geral devem conter cláusulas ambientais específicas que podem variar conforme a complexidade e o objeto do contrato. Nos contratos a finalidade da incorporação da variável ambiental é gerenciar riscos ambientais, sendo importante aos negócios da agropecuária e florestas para o desenvolvimento sustentável.

#### 4.1.5 A tríplice responsabilidade ambiental

Diante de todo e qualquer dano ambiental o ideal seria que o infrator fosse responsabilizado pelo impacto negativo ao meio ambiente. Logo, seria legítimo que houvesse no Direito Ambiental foco como principal objetivo a proteção do meio ambiente e a melhoria das condições de vida na terra. Este seria o objetivo a ser alcançado por meio da área do direito. Até porque a responsabilidade dos danos causados ao meio ambiente está prevista na Constituição Federal de 1988, no artigo 225, parágrafo terceiro, que determina as condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Então, ao causar um dano ambiental, o infrator será responsabilizado em três esferas distintas: penal, administrativa e a civil. Todavia o trade off nesta questão veria ao se tentar fazer o regulamento da lei pelo Congresso Nacional. Os interesses dos parlamentares seriam feitos pelos blocos partidários e poderia até impedir a regulamentação da lei ambiental. Certamente haveria uma criminalização da questão e penas pouco ou raramente aplicadas.

Mas, sabemos, que a responsabilidade penal ambiental surge com a ocorrência de uma conduta omissiva ou comissiva que, ao violar uma norma de direito penal, pratica crime ou contravenção penal. Autores como Fiorillo, destacam que determinadas condutas, levando-se em conta a sua repercussão social e a

---

<sup>1</sup>Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

necessidade de uma intervenção mais severa do Estado, foram erigidas à categoria de tipos penais (FIORILLO, 2010 p. 71). As condutas consideradas crimes contra o meio ambiente estão previstas na Lei 9.605/98, no Código Penal, no Código Florestal, na Lei de Contravenções Penais, e nas leis 6.453/77 e 7.643/87.

A responsabilidade administrativa ambiental está prevista no artigo 70 da Lei 9.605/98 “Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.” No artigo 72 da Lei 9.605/98, estão previstas as sanções para a infração ambiental administrativa:

Art. 72 - Advertência; multa simples; multa diária; apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade; demolição de obra; suspensão parcial ou total de atividades; restritiva de direitos.

Já em relação às sanções restritivas de direito, o 8º parágrafo do mesmo artigo descreve:

Art. 72, § 8º - suspensão de registro, licença ou autorização; cancelamento de registro, licença ou autorização; perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais; perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

Desta forma, cabe aos órgãos vinculados o dever de defender e preservar o meio ambiente através das normas vigentes, cada um aplicando as sanções previstas. A responsabilidade civil tem a função preventiva de através de meios eficazes evitar o dano e a função reparadora mediante reconstituição e/ou indenização do dano causado. Segundo o artigo 14 da Lei 6.938/81 o não cumprimento das medidas as medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

Art. 14 - À multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios; à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público; à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito; à suspensão de sua atividade.

O artigo 14, §1º, da Lei 6.938/81, criou modalidades distintas de responsabilização ambiental na esfera civil: “Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.”

Contudo, pode-se verificar que todo o sistema da responsabilidade civil possui uma vocação preventiva, trazendo segurança jurídica e faz com que o poluidor evite o dano. Nós neste trabalho partilhamos dessa hipótese e sua significância para o meio ambiente.

#### 4.2 Função social dos contratos

O contrato pode ser considerado um dos instrumentos que formaliza as operações econômicas. Nós podemos considerar que o modo de elaborar, interpretar e cobrar obrigações postas em contratos pode sofrer alterações dependendo das circunstâncias históricas. Neste sentido, destaco que Miguel Reale (REALE, 2003) nos diz:

[...] na elaboração do ordenamento jurídico das relações privadas, o legislador se encontra perante três opções possíveis: ou dá maior relevância aos interesses individuais, como ocorria no Código Civil de 1916, ou dá preferência aos valores coletivos, promovendo a “socialização dos contratos”; ou, então, assume uma posição intermédia, combinando o individual com o social de maneira complementar, segundo regras ou cláusulas abertas propícias a soluções equitativas e concretas. Não há dúvida que foi essa terceira opção a preferida pelo legislador do Código Civil de 2002.

O princípio da função social do contrato está interligado com o princípio da boa-fé, o qual determina que as partes hajam com lealdade e confiança recíprocas, devendo haver colaboração mútua na formação e execução do contrato. O conceito de função social do contrato deve ser feito de uma análise cuidadosa, pois é advinda de um amplo conceito e facilmente questionável em muitos aspectos. A importância dos princípios pode ser melhor explicada através das palavras de Pablo Stolze Gagliano:

[...] a grande contribuição da doutrina civil moderna foi trazer para a teoria clássica do direito contratual determinados princípios e conceitos, que, posto não possam ser considerados novos, estavam esquecidos pelos civilistas. Como se pode notar, tratam-se de cláusulas gerais ou conceitos abertos (indeterminados) que, à luz do princípio da concretude, devem ser

preenchidos pelo juiz, no caso concreto, visando a tornar a relação negocial economicamente útil e socialmente valiosa. (GAGLIANO, 2005, p.49).

Poderá ser considerado violado o princípio da função social dos contratos quando o contrato gerar efeitos negativos para a sociedade.

#### 4.3 Função socioambiental dos contratos

No contexto socioambiental dos contratos as preocupações ambientais tornam-se relevantes para a própria subsistência da espécie humana, no qual economias mundiais devem se reorganizar para satisfazer metas em comum. Esta é nossa percepção neste tema. Por isto nós destacamos que, atualmente, os contratos preveem a incorporação de cláusulas ambientais em seu teor e objetivam evitar os riscos ambientais inerentes ao objeto do contrato, e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento sustentável e a concretização da função socioambiental dos contratos em geral.

Para a incorporação da variável ambiental nos contratos, os empreendedores (produtores rurais) devem estar em conformidade com as normas ambientais e possuírem a consciência de que a atividade desenvolvida poderá ocasionar impactos negativos ao meio ambiente.

#### 4.4 Cláusulas ambientais

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como dissemos ao destacar a agenda da ONU no início deste trabalho. A proteção ambiental é um direito-dever de todos e que está ligada diretamente com o princípio fundamental da solidariedade. Diante de tal direito e em defesa do meio ambiente, ao que se reflete ao desenvolvimento socioeconômico do país através do estabelecimento dos contratos, devem-se incorporar as externalidades ambientais, sejam elas positivas ou negativas e conter as cláusulas ambientais específicas ao seu objeto.

Dado o texto que escrevemos acima ressalta-se que cada contrato requer negociação e devem ser incorporadas as cláusulas ambientais de forma clara, objetiva mas, porém, ambas as partes devem estar em conformidade com as normas ambientais e cientes da tríplice responsabilidade ambiental.

Para os contratos de **financiamento** pode-se utilizar do modelo de cláusulas ambientais apresentadas no livro Direito Ambiental aplicado aos contratos por Ana Luci Limonta Esteves Grizzi (GRIZZZI, 2008, p. 114 a 116):

“1 – Na seção das condições precedentes ao primeiro desembolso:

A obrigação da Financiadora de realizar o primeiro desembolso fica condicionada à realização pelo tomador, à satisfação da Financiadora, de auditoria ambiental e apresentação do respectivo relatório à Financiadora, no período de até [X] dias anteriores à data estipulada para o primeiro desembolso, com a descrição das contingências e passivos ambientais do empreendimento e medidas mitigadoras e corretivas a serem implementadas visando a conformidade ambiental ou o aprimoramento, o qual passará a fazer parte integrante deste Contrato como Anexo [X].;

2 – Na seção das condições precedentes ao segundo e terceiro desembolsos:

A obrigação da Financiadora de realizar o segundo e terceiro desembolso fica condicionada, à satisfação da Financiadora, à conformidade do Tomador com todas as normas ambientais aplicáveis à sua atividade, incluindo, mas não se limitando a, [listar principais normas aplicáveis à atividade], bem como com todas as obrigações ambientais dispostas neste contrato;

3 – Na seção das condições precedentes ao quarto desembolso:

A obrigação da Financiadora de realizar o quarto e último desembolso fica condicionada ao cumprimento pelo Tomador, à satisfação da Financiadora, de todas as medidas mitigadoras e corretivas apresentadas no relatório de auditoria ambiental (Anexo [X]) para sanar os passivos e minimizar as contingências ambientais;

4 – Na seção de obrigações do Tomador:

O Tomador compromete-se a:

- (i) conduzir seus negócios de forma diligente e em conformidade com as normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis;
- (ii) aplicar [x]% dos valores recebidos a título de primeiro, segundo e terceiro desembolsos para implementar as medidas mitigadoras e corretivas apresentadas no relatório de auditoria ambiental (Anexo [X]);
- (iii) notificar o Financiador caso sejam detectadas não conformidades ambientais ou em caso de acidentes ambientais, no prazo de [X] dias úteis a contar da ciência da

não conformidade ou da ocorrência do acidente, indicando providências, tempo e custos estimados para saná-los;

(iv) a critério do Financiador, contratar profissional qualificado da área ambiental para investigar a não conformidade ou acidente e preparar um relatório para o Financiador, às expensas do Tomador;

(v) custear e tomar todas e quaisquer medidas necessárias ao saneamento da não conformidade ou do acidente, no menor período de tempo possível;

(vi) elaborar e entregar ao Financiador anualmente, em até [X] dias após o encerramento de cada exercício fiscal em que o presente Contrato estiver em vigor, relatório sobre o monitoramento ambiental de sua atividade, com especial ênfase no cumprimento das medidas mitigadoras e saneadoras apresentadas no relatório de auditoria ambiental que balizou a celebração deste Contrato;

5 – Na seção de vencimento antecipado do financiamento:

São eventos que determinam o vencimento antecipado do pagamento do financiamento (principal e juros), tornando-o(s) imediatamente devido(s):

(i) a não apresentação das garantias ambientais nos termos estipulados na cláusula [x];

(ii) o inadimplemento de quaisquer cláusulas deste Contrato, em especial das cláusulas ambientais.”

Para os contratos de **fornecimento de produtos** o modelo básico necessário baseado em modelos de Ana Luci Grizzi (GRIZZI, 2008, p. 123 a 124) seria:

“O Fornecedor declara estar em integral conformidade com a legislação ambiental aplicável à sua atividade, bem como declara estar em total regularidade perante os órgãos ambientais, possuindo licenças ambientais válidas e não apresentando contingências relativas a aspectos de gerenciamento ambiental.

O Fornecedor compromete-se a facilitar o acesso, a qualquer tempo, de técnicos indicados pela Contratante para realização de auditorias ambientais nas suas instalações. Caso constatado quaisquer irregularidades ambientais na execução de suas atividades, inclusive por órgãos ambientais por terceiros pela Contratante, o Fornecedor compromete-se a realizar planejamento corretivo.

O Fornecedor obriga-se a transportar, manusear e recuperar os produtos, especialmente os classificados como perigosos para transporte, em conformidade com as normas ambientais e regulatórias aplicáveis.

Danos ambientais, inclusive os decorrentes de caso fortuito e força maior, relacionados direta ou indiretamente às operações do Fornecedor, são de responsabilidade exclusiva do Fornecedor, o qual se obriga a manter a Contratante isenta de qualquer responsabilidade, devendo indenizá-la por todo e qualquer custo, despesa, multa, indenização e prejuízo decorrentes de referidos danos ambientais.

O Fornecedor declara ter conhecimento de que participa de um processo de avaliação ambiental de fornecedores, através do qual é avaliado periodicamente segundo critérios de avaliação estabelecidos pela Contratante, a qual se compromete a informar, de forma fundamentada, o resultado da referida avaliação ao Fornecedor.

Caso o Fornecedor seja avaliado de modo insatisfatório, deverá promover as adequações necessárias no prazo acordado pelas partes. Caso as ações corretivas não sejam implementadas no prazo estabelecido, o presente Contrato poderá ser rescindido sem que ao Fornecedor caiba qualquer indenização.”

No caso dos contratos de **prestação de serviço em geral**, pode-se fazer a utilização do seguinte modelo de Ana Luci Grizzi (GRIZZI, 2008, p.151 a 152):

“Todos os certificados, licenças, alvarás e autorizações necessárias à prestação dos serviços objeto do Contrato serão de exclusiva responsabilidade da [Contratada/Contratante], cabendo a ela sua obtenção e sendo de sua responsabilidade eventuais ônus em razão de sua ausência. Os serviços serão prestados em estrita observância às normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, normas ambientais federais, estaduais e municipais.”

## **5. RESULTADO E DISCUSSÃO**

A prevenção de impactos negativos ao meio ambiente vem se fazendo cada vez mais presente às rotinas de negociações e celebração dos contratos e, com isso, a pressão da sociedade, órgãos fiscalizadores e da mídia juntamente com a legislação brasileira têm obrigado aos empreendedores a se adaptarem e adotarem posturas diferentes.



### 5.1 A variável ambiental como diretriz do direito contratual

A incorporação da variável ambiental nos contratos é um instrumento jurídico para a gestão de riscos e é de grande importância para que sejam efetivas as normas ambientais, as quais contribuem para um desenvolvimento sustentável e em benefício da população. Ao fazer a incorporação da variável ambiental, os envolvidos no contrato estão contribuindo para a minimização dos riscos de danos ambientais, pois tais danos podem causar um impacto imensurável à imagem do empreendimento, onde possivelmente irá ocasionar a perda de clientes e a diminuição da competitividade no mercado.

Este texto acima destaca que seria bom a lógica de mercado adequando-se as questões ambientais. Por isto nós questionamos quais seriam as razões para que os contratados não aceitassem por partes dos contratantes cláusulas considerando relevantes de interesse do mercado. Porque alguém deixaria de assinar um contrato que é benéfico para todos? A resposta a essa questão parece levantar uma hipótese que ela traria um custo adicional ao produto. Este custo adicional, a receita marginal obtida não pagaria este custo marginal. Isto explica a tomada de decisão dos atores neste tema.

### 5.2 Incorporação das cláusulas socioambientais nos contratos

Com as diferentes opções de contratos existentes, a utilização de cláusulas ambientais é uma opção mais específica, assim a execução e cobrança das mesmas, como no caso da prestação de serviço em geral, as cláusulas ambientais devem ser especificadas na contratação do serviço e ambas as partes devem estar em consenso. O contratado deve seguir as normas estabelecidas no contrato caso contrário, o contratante tem o direito de acionar as autoridades competentes para responsabilizar o poluidor.

Neste fato ressaltado acima observamos a necessidade de responsabilização do poluidor. Este fato levaria a forçar um ordenamento jurídico no qual uma das partes deve ser forçada a aceitar e não seria considerado o consenso entre as partes. Logo, o trade off é bastante objetivo nessa questão.

O empreendedor (contratante) ao utilizar das cláusulas ambientais no contrato possui segurança e previne danos à sua reputação e imagem além de minimizar impactos ambientais. Caso o empreendedor (contratado) não esteja de acordo com as normativas dos órgãos fiscalizadores e com a legislação poderá ter

financiamentos recusados, pois as instituições financeiras exigem o licenciamento ambiental. Além disso, ainda existe uma tendência de consumo e mercado que prioriza as empresas sustentáveis. Parece óbvia o esforço que devemos fazer nestas questões dado a dificuldade que um empreendedor aceite gerir seu negócios a partir do contratante impor sanções para ele.

### 5.3 Aspecto reparador das cláusulas ambientais

No âmbito ambiental, um dano pode gerar a seu causador responsabilidade penal, civil e administrativa, onde cada uma dessas esferas é independente e possui regras próprias para responsabilização do poluidor. Através do Direito Ambiental é possível compreender as medidas administrativas e judiciais que se destinam a reparação econômica e financeira dos danos causados ao meio ambiente. Ao incorporar as cláusulas ambientais no contrato, o empreendedor contribui para a minimização dos riscos de danos ambientais, estando ciente das sanções administrativas, penais e do dever de reparação do dano.

## 6. CONCLUSÃO

As discussões feitas neste trabalho sugerem amplo esclarecimento técnico e jurídico para fortalecer a inclusão do direito ambiental nas relações contratuais. Esta autora está convencida da importância desses contratos para melhorar a qualidade ambiental no Brasil. A seguir apresento as principais conclusões de cada objetivo específico deste trabalho.

Na análise das possibilidades de inserção de cláusulas ambientais nos contratos no âmbito do agronegócio por meio de literatura sobre o tema demonstramos ser viável o direito tanto administrativo quanto ambiental de aplica-las nos contratos desde que se tenha consenso entre contratantes e contratados para evitar a judicialização dos negócios no setor;

Outra conclusão expõe as esferas de responsabilidades do Direito Ambiental nas questões que envolvem utilização inadequada do uso do solo e da água trazendo prejuízos irreparáveis a sociedade;

Os contratos desde que bem apropriados permitem aumentar o grau de segurança oferecido para os empreendedores e também para os compradores por meio de qualidade e segurança da produção na agropecuária e no setor florestal;

A proposta permitiu que sugeríssemos exemplos de cláusulas ambientais firmadas nos contratos no agronegócio desde que garanta aos vendedores e compradores justiça e equidade dentro do setor rural;

Por fim concluímos não dispor de tempo para demonstrar o impacto das cláusulas ambientais na reputação das empresas e no setor do agronegócio mesmo sabendo que sua existência é um fato possível de comprovação.

#### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Caixeta. **Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica**. Campinas-SP: UNICAMP, 2008. Disponível em:

<[http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo\\_7\\_bloco\\_\\_4/sociedade\\_economia\\_meio\\_ambiente/material\\_apoio/economia\\_e\\_meio\\_ambiente\\_daniel\\_caixeta.pdf](http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco__4/sociedade_economia_meio_ambiente/material_apoio/economia_e_meio_ambiente_daniel_caixeta.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro; Castro, Celso Luiz Braga de; Agra, Walber de Moura. **Reconstruindo o direito civil a partir do direito ambiental: contrato, bens, sujeito**. In: **Novas perspectivas do direito privado**, coordenadores Roxana Cardoso Brasileiro Borges, Celso Luiz Braga de Castro, Walber de Moura Agra. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

BRAGA, Thiago Silva. **Responsabilidade ambiental: os mecanismos do direito na reparação dos danos e preservação do meio ambiente**. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em:

<[http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011\\_2/thiago\\_braga.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_2/thiago_braga.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: Art. 170, inc. VI. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: Art. 225. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

Acesso em: 23 jun. 2017.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2017.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente, lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Legislação Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CAETANO, Eduardo Paixão. **Da descartabilidade dos contratos que descumprem o direito ambiental de máxima responsabilidade**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 126, jul 2014. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=15024](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15024)>. Acesso em: 23 jun 2017.

FERREIRA, A.B.H. (Coord.). **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p.

FERREIRA, Fernando Marrey. **Tríplice responsabilidade ambiental**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 20 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.23791&seo=1>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. – 11 ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **O novo Código Civil e os contratos celebrados antes da sua vigência**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 64, 1 abr. 2003. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4002>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

GRIZZI, Ana Luci Limonta Esteves. **Direito ambiental aplicado aos contratos**. São Paulo: Verbo Jurídico, 2008. 59 a 152 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas geográfico escolar: ensino fundamental do 6. ao 9. ano.** Rio de Janeiro, 2010. p. 166. : il. color.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vamos conhecer o Brasil.** Disponível em:<<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil.html>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano ambiental: do indivíduo ao coletivo, extrapatrimonial.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

LIMA-SILVA, P. D., GUERRA, A. J., MOUSINHO, P., Bueno, C., Almeida, F. G., Malheiros, T., & SOUZA JÚNIOR, A. B.. **Dicionário brasileiro de ciências ambientais.** Rio de Janeiro, 1999, p. 11.

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/2015nahead/0102-3098-rbepop-S0102-3098201500000027P.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MELETI, Marilisa Verzola. **As perspectivas contemporâneas jurídico-ambientais no âmbito da tradicional liberdade contratual.** 2012. Disponível em: <[www.direitofranca.br](http://www.direitofranca.br)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente.** Brasília: Editora UnB, 2007.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo S.. **Economia, meio ambiente e comunicação.** Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2006.

NÓBILE, Alexandre Amato. **Diretrizes para a sustentabilidade ambiental em empreendimentos habitacionais.** 2003. Disponível em: <<http://mac.arq.br/wp-content/uploads/2016/03/sustentabilidade-em-empreendimentos-habitacionais.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

REALE, Miguel. **Função social do contrato**. 20 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.miguelreale.com.br/artigos/funsoccont.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SALDANHA, Alexandre Henrique Tavares. **Função Socioambiental dos Contratos e Instrumentalidade Pró-Sustentabilidade**: limites ao exercício de autonomias públicas e privadas. 2011. 16 p. (Mestre em Direito Público)-Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, Carina Goulart da; BRAUNER, Maria Claudia Crespo. **A tríplice responsabilidade ambiental e a responsabilidade penal da pessoa jurídica**. JURIS, Rio Grande, v. 26: p. 71-87, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/juris/article/download/5882/4153>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

SOUZA JÚNIOR, José Rufino de. **Sistema Nacional de Proteção Ambiental: polícia administrativa ambiental**. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Coordenação André Trigueiro; prefácio de Marina Silva – 5 ed. – Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008.

WWF. World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza) Brasil. **Questões ambientais: O que é desenvolvimento sustentável?** Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/)>. Acesso em: 30 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **PNIA 2012 –Painel Nacional de Indicadores Ambientais**: referencial teórico, composição e síntese dos indicadores da versão-piloto. Brasília: MMA, 2014. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/Banner/banner\\_pnia\\_2012.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/Banner/banner_pnia_2012.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.